

ATA NÚMERO 2.789 DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA NO DIA 15 DE JUNHO DE 2026.

Aos 15 (quinze) dias do mês de Junho do corrente exercício de 2.026, às 19:00 horas, na sala das Sessões da Câmara Municipal de Orlândia, Estado de São Paulo, sob a Presidência do Vereador Gilson Moreira, secretariado pelos (as) vereadores (as) Juliane Fernanda Pompilio e Luis Donizeti da Cruz, realizou-se esta **Sessão Ordinária** sob o número 2.789 - O Excelentíssimo Sr. Presidente, após invocação a Deus, convidou os nobres edis e demais presentes para de pé cantassem o Hino Nacional, seguido do Hino de Orlândia (nos termos do art. 116 do Reg. Interno), seguido de uma calorosa salva de palmas. Procedida à chamada dos Srs. Vereadores consignaram-se (10) dez comparecimentos e (01) uma ausência. Passando ao expediente, coloco em votação a ata da sessão anterior. Quem for favorável permaneça sentado e os contrários que se levantem. Ata aprovada por 10 (dez) votos, pois eu estava ausente. **PRESIDENTE:** Passando ao expediente, coloco em votação a ata da sessão anterior. Quem for favorável permaneça sentado, os contrários que se levantem. Ata aprovada por unanimidade. Solicito a Primeira Secretária, vereadora doutora Juliane, para que faça a leitura das matérias constantes do expediente. **JULIANE: REQUERIMENTO 35/2026**, de autoria do vereador Rafael Palma de Araújo, *"Requerendo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, com cópia Secretaria Municipal de Saúde, solicitando informações sobre o fornecimento de insumos para pacientes diabéticos no município de Orlândia. Requer ainda que o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, informe qual o protocolo municipal atualmente utilizado para fornecimento de tiras reagentes, lancetas, seringas ou agulhas aos pacientes diabéticos, encaminhando cópia integral do documento, se houver. Qual é a quantidade mensal fornecida por pacientes de tiras, reagentes, lancetas, seringas ou agulhas? Se há diferenciação na quantidade fornecida conforme o tipo de diabetes, uso de insulina, número de aplicações diárias, idade, gestação ou risco de hipoglicemia. Qual foi o critério técnico, médico, administrativo ou normativo utilizado para definir eventual limite mensal de fornecimento? Se o município utiliza como base alguma portaria, protocolo, norma técnica, diretriz do Ministério da Saúde, Secretaria Estadual da Saúde ou outra referência oficial. Se pacientes com prescrição ou relatório médico indicando necessidade superior ao limite padrão, inclusive casos de 150 a 200 tiras mensais, podem receber quantidade maior e qual procedimento deve ser adotado nesses casos"*. **VITOR:** Sr. Presidente, peço dispensa da leitura. **PRESIDENTE:** Dispensa concedida, já que é matéria de conhecimento de todos. Passo a palavra para o autor do requerimento, o vereador Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL:** Boa noite, Sr. Presidente, nobres amigos vereadores, imprensa escrita e falada a todos os munícipes aqui presentes. Esse requerimento é para

poder acompanhar não só a entrega de insumos, de agulhas, fitas, pro diabético. É para saber realmente se é seguido algum protocolo, porque a lei federal garante direito ao insumo. E aí o Ministério da Saúde define qual insumo deve existir no SUS. E a quantidade não é uma tabela federal única. Muitos locais, o município ou o estado faz a quantidade do que vai entregar. Por exemplo, a quantidade de agulhas para diabéticos, tem cidades que oferecem 300 o limite. Tem outras que oferecem 100 de limite. Então, mediante uma receita, por exemplo, de um médico, de uma consulta, onde ele solicita 100 agulhas para esse paciente, que ele precisa utilizar 100, se essas 100 realmente são entregues ou só são entregues 80. O paciente que exige na receita 200 agulhas, se é só entregue 100 ou se é entregue as 200. Porque muitos casos relatados à minha pessoa é que na receita, quando se pede uma quantidade da pessoa utilizar agulha ou uma fita, não é entregue a quantidade correta. Eu sei que é um subsídio, que a Prefeitura, o SUS ajuda essas pessoas, mas a legislação federal garante o direito aos insumos. Então, eu gostaria de saber se existe alguma portaria ou alguma legislação, alguma lei dentro do município de Orlândia que trava em termos de quantidade de insumo e qual está sendo utilizado. Conto com o apoio de vocês para a gente ter resposta nesse requerimento. Obrigado. **PRESIDENTE:** Já que teve a explanação do autor, coloco em discussão o requerimento 035/2026. **JULIANE:** Boa noite, Sr. Presidente, novos colegas, todos que estão aqui presentes, sempre escrito e falado. Realmente é muito importante saber a quantidade, mas fica aqui um adendo. Os pacientes que precisam, quando estão com a diabetes descontrolada, muitas vezes o médico prescreve a medida de cinco vezes ao dia, que foge do padrão, às vezes, do município, que eu acredito que seja duas vezes ao dia. Então, não sei se você pode fazer algum adendo na solicitação de algum projeto, de realmente, durante o período indicado ao médico, com justificativa, de poder fornecer essas cinco tiras, porque é importante fazer o controle, principalmente uma ou duas semanas antes dele fazer o retorno com o endocrinologista, ou com o clínico mesmo que está acompanhando, porque os períodos de hiperglicemia, que vai ficando cada vez mais alta, a gente precisa fazer um acompanhamento, e realmente é importante. Então, foge, mas geralmente é por um período limitado. **PRESIDENTE:** Não havendo mais inscritos, coloco em votação. Quem for favorável permaneça sentado, e os contrários que se levantem. **REQUERIMENTO APROVADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES.** **JULIANE:** **INDICAÇÃO 34/2026,** de autoria do vereador Sebastião Atílio da Silva, *"indicando junto ao Chefe do Poder Executivo, para que, através do setor competente, proceda a realização da reforma do centro de lazer da Vila Bucci, bem como a recuperação e o calçamento do seu entorno."* **INDICAÇÃO 35/2026,** de autoria do vereador Sebastião Atílio da Silva, *"Indicando junto ao Chefe do Poder Executivo, para que, através do setor competente, a inclusão do bairro Jacarandá na rota regular da coleta de resíduos sólidos urbanos, promovendo recolhimento periódico do lixo domiciliar produzido pelos moradores da localidade."* **PRESIDENTE:** Terminado o

expediente, passaremos à ordem do dia. Solicito ainda a primeira secretária, vereadora doutora Juliane, para que faça leitura das matérias constantes da ordem do dia, para discussão e posterior votação. **JULIANE: VETO TOTAL AO PL 007/2026**, de autoria do vereador João Vitor Alves que *"Criou o Programa Copa nas Escolas no âmbito do Município de Orlândia"*. Parecer jurídico: Diante de todo exposto, do ponto de vista da constitucionalidade, legalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa, bem como em face à inexistência de óbices, a Procuradoria Jurídica manifesta-se ser desfavorável ao veto total ao projeto de lei que criou o Programa Municipal Copa nas Escolas, preferencialmente nos anos de realização de Copa do Mundo de Futebol do município de Orlândia, do Projeto de Leis 07/2026 de Autoria Parlamentar, devendo mesmo ser submetido à discussão e votação após a respectiva passagem pelas Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Orçamento, Finanças e Contabilidade, necessitando para sua derrubada rejeição voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, sujeito a turno único de discussão e votação. Parecer da Comissão, Justiça e Redação: Pela apreciação em plenário. **PRESIDENTE**: Coloco em discussão o veto total ao Projeto de Lei 16 de Autoria do Vereador João Vítor Alves. João Pardal. Discussão. **JULIANE**: Passo a palavra para Antônio Carlos Leite. **ANTÔNIO**: Sr. Presidente, Mesa, senhores vereadores, aquilo que está ruim pode piorar. Um projeto que visa fazer uma homenagem a um evento importante que envolve o povo brasileiro, que é a Copa do Mundo, correto? E a Prefeitura veta, o Chefe do Executivo veta um projeto que tem como objetivo fazer o seguinte, juntar as escolas, distribuir algumas camisas representando as seleções, ir para um ambiente esportivo e disputar uma partida de futebol para fomentar, para comemorar, para trazer um pouco de patriotismo, senso de esporte, senso esportivo para as crianças, para as escolas. O Executivo, em vez de abraçar esse projeto, ele veta. Parece piada, mas é trágico que o Executivo não consiga, olha, nem precisaria do projeto. Eu acho que o Executivo tinha que mandar uma mensagem para a Câmara e dizer, olha, nós vamos organizar isso independente de projeto, porque é uma obviedade. Se a Prefeitura não dá conta de juntar os alunos em um parque esportivo, fazer um campeonatozinho, o que esperar dessa administração pública? Fica aqui o meu quase desabafo, a minha manifestação, e eu sou contrário ao veto, 100%. Muito obrigado. **JULIANE**: Passo a palavra para Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL**: Boa noite novamente, senhoras e senhores vereadores. A Copa Pardal quatro em quatro anos. Muitas vezes eu vejo as pessoas falando em grupos, que as crianças... E aí até eu vejo um trabalho razoável da educação ensinando o hino nacional para essas crianças dentro da escola. Muitas vezes as crianças saem das escolas e não sabem cantar o hino nacional que deveria bater no peito e mostrar que nós somos brasileiros. E esse projeto que você traz e que hoje vem um veto aqui do Executivo é justamente para levar um pouco do que é o Brasil para as escolas. Não é só futebol, existe uma cultura, existe um momento, existe uma história e o Brasil é pentacampeão

de uma Copa do Mundo que hoje tem vários países querendo disputar e está no lugar que o Brasil está. Esse projeto vem de encontro e eu acho que para mostrar um pouco da realidade do nosso Brasil, trazer um pouco mais de alegria. E é isso que eu vejo no seu projeto que você quis passar. E assim como o doutor Leite falou, nem precisava de um projeto de quatro em quatro anos, eu acho que toda a prefeitura tinha que organizar para levar isso para as escolas. Serei totalmente contrário ao veto aqui. Parabéns pelo projeto. **JULIANE:** Passo a palavra para João Vitor Alves. **JOÃO:** Boa noite, Sr. Presidente. Boa noite, novos colegas vereadores. Vereadora Juliane, imprensa escrito e falada, munícipes aqui presente. É um prazer estar falando com vocês aqui. Então, eu também quero deixar de antemão aqui que eu vou ser contra o veto do prefeito municipal, por conta que no meu projeto eu não coloquei nada que a prefeitura ia ter que gastar de valor. Eu coloquei esse projeto porque eu acredito demais nas nossas crianças e no nosso município. Eu, quando era criança, eu não aprendi o Hino Nacional nas escolas. Eu aprendi o hino assistindo Copa do Mundo, assistindo futebol, que lá sempre todos os jogos cantam o hino nacional. E essa Copa, eu não quis só falar de futebol, é falar sobre geografia, falar sobre os países, as culturas dos países. Será que as escolas aqui do nosso município, os alunos, sabem como que é a cultura do Marrocos? O que os marroquinos fazem? Sabe como que é a cultura dos chilenos? Não sabem? A Copa do Mundo, a Copa nas escolas que eu criei, foi por conta disso. Porque as crianças também vão ter alegria. As crianças gostam de Copa do Mundo. Você vê aqui, eu vi a prefeitura de Nuporanga, a prefeitura de Morro Agudo, que colocaram também telões espalhados pela cidade para as crianças, para as famílias carentes de poder assistir a Copa do Mundo. E aqui, a gente vê que o nosso prefeito municipal não fez nada disso. Colocar um telão na praça, Mário Furtado, imagina o tanto de gente que é lá, o tanto de gente que ia gostar dessa situação. Então fica aqui o meu contra o veto. Muito obrigado, Sr. Presidente. **JULIANE:** Passa a palavra para Vítor Favaro Tonetto. **VITOR:** Boa noite, Sr. Presidente, vereadora, munícipes presentes. Eu dei uma olhada na questão do veto, até tinha conversado sobre isso com o Pardal. Eu vejo que o projeto aqui é mais um projeto autorizativo do que um projeto de obrigação. As obrigações, os custos e tudo o que envolve esse projeto vem do próprio executivo, como o próprio Bolsa Atleta, que a gente aprovou aqui. Eu acredito que seja mais ou menos na mesma base, onde a gente autoriza que o prefeito faça isso. Então eu não vejo um sentido para que a gente vete esse projeto. É um projeto, como eu já tinha dito, um projeto muito bom, que possa ser feito ainda esse ano para as crianças, e eu também vou ser ao contrário ao veto. Obrigado, Sr. Presidente. **JULIANE:** Boa noite. Pardal, parabéns pelo projeto. Eu vou ser contrário também. Eu acho que durante a Copa a gente reacende o nosso amor ao Brasil e realmente deixar as crianças animadas, elas realmente ficam fascinadas, e a gente tem que trazer isso de volta a cada quatro anos da forma mais simples possível, que é reunindo, sem realmente custos, mas realmente trazendo esse amor à nossa bandeira, ao nosso país, ao futebol,

que é a nossa característica tão forte. Meus parabéns. Não havendo mais inscritos, solicito ao segundo secretário, vereador Luiz Donizete da Cruz, o Ratinho, para que faça a chamada dos senhores vereadores para a votação do mesmo. Não havendo inscritos, solicito ao segundo secretário, vereador Luis Donizeti da Cruz, para que faça a chamada dos senhores vereadores para a votação do mesmo. **LUIS:** Antônio Carlos Leite. **ANTONIO:** Contra o veto. **LUIS:** Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Contra o veto. **LUIS:** Gilson Moreira. **PRESIDENTE:** Contrário. **LUIS:** João Vítor Alves Pardal. **JOÃO:** Contra o veto. **LUIS:** Juliane Fernanda Pompilio. **JULIANE:** Contra o veto. **LUIS:** Luis Donizeti da Cruz - Ratinho. Contra o veto. Max. Paulo Rodrigues Alves Pereira- Porkim. **PAULO:** Contrário. **LUIS:** Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL:** Contrário ao veto. **LUIS:** Sebastião Atilio da Silva, Nego da Maruca. **SEBASTIÃO:** Contrário. **LUIS:** Vitor Fávaro Tonetto. **VITOR:** Contra o veto. **PRESIDENTE:** VETO REJEITADO CONTRA DEZ (10) VOTOS E UMA (01) AUSÊNCIA. Solicito ainda a primeira secretária que proceda à leitura do Projeto de Lei Complementar 005/26. **JULIANE:** PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N 5/2026, de autoria do Poder Executivo que *"altera o anexo primeiro da Lei Complementar 3.823, de 10 de agosto de 2011, para adequar o vencimento base dos cargos de agente comunitário de saúde e de agente de combate a endemias ao piso salarial profissional nacional e da outras providências."* **JOÃO:** Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura. **PRESIDENTE:** Dispensa concedida. **ANTÔNIO:** Sr. Presidente, pela ordem, eu gostaria de requerer vista, apesar de ter tido já a primeira votação, eu analisei o regimento interno e não vi nada que vedasse, e explico o pedido de vista, vista desse projeto, se o Presidente me permitir. **PRESIDENTE:** Como já é de costume, um pedido de um vereador nós colocamos em votação. **ANTÔNIO:** Eu só gostaria de justificar um detalhe, se for possível, é que no parecer, no minucioso e zeloso parecer do nosso procurador, do procurador dessa casa, lá na folha 3 do parecer, no parágrafo 6º, há uma observação que eu gostaria de sublinhar e pedir para que fosse sanado. O parecer da nossa íclita Procuradoria Jurídica disse o seguinte, ocorre que não há nos autos uma efetiva memória de cálculo, documentação que comprove se o repasse federal cobre integralmente a majoração, se existem reflexos remuneratórios, se há impacto previdenciário, férias, décimo terceiro, substituições ou encargos, por exemplos. A regularidade fiscal orçamentária da medida depende da confirmação pela área técnica do Poder Executivo de que o aumento remuneratório é integralmente suportado por transferências específicas e de que inexistente repercussão não coberta sobre despesa de pessoal, recomendando-se a juntada dos elementos demonstrativos pertinentes. Ante o exposto, já pulo para o próximo parágrafo, não se identificam em análise jurídico formal óbices de constitucionalidade ou legalidade condicionada à regularidade da instrução fiscal orçamentária. Ou seja, o Executivo precisa comprovar que há recursos federais que cobrirão essa despesa. É um documento que comprove uma manifestação do Executivo e não veio junto com o projeto de lei. Então, seguindo o exemplo da colega

vereadora doutora Juliane, que me despertou essa intenção, alguns documentos que precisam vir juntos com os projetos, eu tenho que exigí-los. Então, não há nada de inconstitucionalidade no projeto, nas intenções, mas há a falta desse documento. Talvez a falta desse documento torne o projeto inconstitucional ou ilegal. Mas, senhor presidente, não veio esse documento, que consta no parecer. Então, prestigiando o nosso Douto Procurador Jurídico, que fez a menção, eu acho justo que nós cobremos do Executivo. Então, o pedido de vista é para que, nessa semana, o Executivo providencie o documento e traga à Câmara a justificativa. Muito obrigado, senhor Presidente. Como já virou de praxe em nós qualquer pedido de vistas de um vereador ser colocado em votação, então, coloco em votação. Quem for favorável ao **PEDIDO DE VISTAS DO PROJETO 05/26**, do vereador Antônio Carlos Leite permaneça sentado, e os contrários que se levantem. **PEDIDO DE VISTAS ACATADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES.** **JULIANE: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 7/2026**, de autoria do Poder Executivo que "altera a Lei Complementar nº 3.823, de 10 de agosto de 2011, e a Lei Complementar 89, de 15 de janeiro de 2025, para excluir o poder legislativo da incidência do percentual mínimo de cargos de comissão a serem providos pelos servidores efetivos e dar outras providências". **Parecer Jurídico:** possibilidade de alteração do artigo 35 da Lei Municipal nº 3.823, de 10 de agosto de 2011, organização administrativa da Câmara Municipal, cargos em comissão, fixação do limite quantitativo próprio do Poder Legislativo, autonomia administrativa e organizacional do Poder Legislativo, inexistência em tese da obrigatoriedade de identidade com os critérios adotados pelo Poder Executivo, necessidade de observância dos princípios constitucionais da administração pública, do concurso público e da proporcionalidade entre cargos efetivos e comissionados, necessidade de próxima aprovação, o voto favorável da maioria absoluta da Câmara Municipal, seis votos favoráveis, inclusive com a votação regular do presidente dessa Casa de Leis, em dois turnos de discussão e votação. **Parecer da Comissão, Justiça e Redação:** pela apreciação em plenário. **Parecer da Comissão, Orçamento, Finanças e Contabilidade:** pela aprovação. **PRESIDENTE:** Coloco em primeira discussão o projeto de lei complementar 007/2026 de autoria do Poder Executivo. **ANTÔNIO:** Sr. Presidente. Posso? **JULIANE:** Passo a palavra para o doutor Antônio Carlos Leite. **ANTÔNIO:** Eu também peço vistas desse projeto de lei complementar. Até conversei com o doutor José Renato para não cometer uma falha ou não ser antiético, mas, no parecer jurídico, não veio nenhum comentário a respeito desse artigo que foi revogado. E eu li, e de fato é um artigo que deixa a ideia vaga do que ele está tratando. Então, conversei com o doutor José para não cometer a deselegância de mencionar isso, houve um ato falho, como estávamos tratando aqui do percentual de cargos comissionados dentro das áreas públicas e separando o Poder Legislativo, comentou-se apenas sobre a alteração do artigo 35, sem tecer qualquer tipo de esclarecimento sobre a revogação do artigo 285. Esse artigo é bem provável que deva ser revogado mesmo, porque ele não é claro, mas

no parecer não foi mencionado nada a respeito do artigo 285. Então eu quero pedir vistas para que haja um aditamento, no parecer, para que se manifeste, se for possível, sobre o artigo 2º desse projeto de lei complementar. Essa é a razão do pedido de vistas.

PRESIDENTE: Bom, como já foi falado, até em respeito à solicitação do nobre companheiro, eu vou colocar em votação sim. Só que eu gostaria de pedir que todos os projetos chegam aqui na Casa com um tempo hábil para a gente fazer os estudos necessários. Porque, de repente, há quanto tempo nós vamos precisar de tempos para analisar cada projeto em cima de algo que seja desconsiderado pelo nosso procurador, com todo o respeito a ele por favor, entendam. Nós temos fechamento de pauta toda quarta-feira, então nós poderíamos ter um diálogo maior entre nós mesmos, internos, antes de colocarmos os projetos que tenham alguma dúvida de algum vereador. Eu gostaria de pedir a todos essa compreensão. Mesmo assim, eu coloco o PEDIDO DE VISTAS do vereador Antônio Carlos Leite em votação. Quem for favorável permaneça sentado ao pedido de vistas e os contrários que se levantem. PEDIDO DE VISTAS,

APROVADO POR UNANIMIDADE. JULIANE: REQUERIMENTO DE ADITAMENTO DA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3/2026, de autoria do

vereador Antônio Carlos Leite. **PRESIDENTE:** Passo a palavra ao autor do requerimento de adiamento, Antônio Carlos Leite. **ANTÔNIO:** Sr. Presidente, Mesa, é um

requerimento de adiamento. Não, não. Imagina, imagina, doutora Juliane, pode ficar tranquila. Nós entendemos, só apenas para reforçar. É adiamento. Esse Projeto de Lei, aliás, esse Projeto de Resolução, ele versa sobre algo muito importante, que são as regras das emendas impositivas. Nós vamos, ao longo desse ano, destinar as nossas emendas para as entidades. E esse Projeto de Resolução, ele elenca diversas regras para que isso aconteça. E a minha preocupação é que, até o ano passado, nós destinávamos as nossas emendas indicando as instituições, e essas instituições faziam a documentação e encaminhavam para a Prefeitura. E a Prefeitura, que conta com uma estrutura milionária, diversos departamentos, diversos especialistas, eles orientavam as entidades para corrigirem os equívocos que eventualmente existiam no projeto, no objetivo, na documentação. E do jeito que foi elaborada a resolução, agora nós indicamos a instituição e quem deverá organizar toda essa documentação somos nós, vereadores.

Precisa de um conhecimento contábil, precisa de um conhecimento técnico, e nós, talvez da região, sejamos, ou essa Câmara, nós não temos assessores, nós não temos assessoria, nós não temos pessoas especializadas para nos auxiliar. Então, eu estou pedindo um adiamento da votação para que nós, como vereadores, nos organizemos e verifiquemos, diante dessas regras, o que nós gostaríamos que acontecesse, para que as entidades não fossem prejudicadas. Porque, a partir desse momento, qualquer documentação equivocada, é lógico que existe um critério, mas o Executivo, qualquer questão equivocada, não vai pagar as emendas, não vai destinar. Olha o que nós precisamos estar atentos. Nós precisamos ter um procedimento interno, entendo a

importância da resolução, com regras claras, mas precisamos simplificar para que esse dinheiro chegue lá na entidade. E eu entendo que nós vamos ter uma grande dificuldade de organizar toda essa documentação, porque se cada um de nós, vamos imaginar, destinarmos para seis entidades diferentes, são 60 documentações que precisam ser elaboradas, projetos, certidões, enfim. Então, senhor presidente, eu estou pedindo esse prazo, para que nós possamos, nessas quase duas semanas, agora e interrompe na próxima, que nós vereadores conversemos e verifiquemos quais pontos nós podemos ajudar para melhorar essa resolução. É essa a finalidade. Muito obrigado, senhor presidente. **JULIANE:** Passa a palavra para Vitor Fávoro Tonetto. **VITOR:** Boa noite novamente. Enquanto eu cheguei, eu tinha lido o seu requerimento. Eu fiquei pensando sobre essa situação, até conversei com o doutor, com o presidente. Por quê? Isso é um pedido até do Ministério Público. E o que eu vejo de grande problema aí? Eu acredito que a grande parte disso vai ser agora, a partir desse momento da gente aprovar, de responsabilidade do presidente junto com a Mesa, para fazer essa estrutura organizacional. Porque eu concordo plenamente com você que isso tem que acontecer, porque elaborar um plano de trabalho não é fácil. Porém, se a gente não fizer isso, pode ter problemas na justiça com a própria Mesa. E também outras coisas foram apontadas que acredito que em breve a gente vai ter que mudar. Como, por exemplo, a questão da própria emenda impositiva, foi votado na legislatura passada que fosse 2%, se eu não me engano, do orçamento. O STF já decidiu que não pode ser 2%, tem que ser 1,5%. Então, é algo que a gente não vai ter como fugir de fazer. Então, eu juro que concordo plenamente com você, mas eu acredito que nós temos que aprovar para que seja acelerada aos passos da estrutura organizacional, para que a gente consiga fazer esse ano as nossas emendas. Porque, às vezes, se a gente começar a adiar, adiar, adiar, vai chegar o momento de a gente fazer as emendas impositivas, a gente não vai conseguir e vai acabar passando um ano para enviar para essas entidades. Então, eu acredito que a gente tem que votar esse projeto de resolução e depois cobrar do presidente para que essa estrutura organizacional aconteça, para que a gente tenha esse suporte para poder fazer toda essa tramitação aí. Obrigado, sr Presidente. **PRESIDENTE:** Boa noite a todos. Como eu sempre digo, todo pedido de vista ou adiamento é colocado em votação. Então, o nosso acordo é colocar para votar. Agora, se vai ser aceito ou não, aí é outros quinhentos. Eu até, com todo o respeito ao pedido de adiamento, eu já vou abrir meu voto de contrário ao pedido de adiamento justamente por isso. Eu acho que nós, vereadores, se nós tivéssemos a obrigação de ter conhecimento total, 100% da parte jurídica, da parte contábil, nós não precisávamos ter na Câmara esses profissionais. Então, é confiando nesses profissionais e sobre a nossa fiscalização que eu estou alegando o meu voto de contrário. Então, nós temos os funcionários justamente para isso. E o Vitor já deixou claro. Então, nós estamos sendo cobrados. E quanto mais tempo nós demormos para aprovar esse projeto, pior será. Então, só para justificar o meu

7049

voto de contrário ao adiamento. Não havendo mais inscritos, eu coloco em votação o **PEDIDO DE ADIAMENTO** do vereador Antônio Carlos Leite. Quem for favorável permaneça sentado e os contrários que se levantem. **PEDIDO DE ADIAMENTO REJEITADO POR OITO (08) VOTOS CONTRARIOS** (Presidente Gilson, Vitor, Rafael, Paulo, Sebastião, Juliane, Luis e João , (02) FAVORÁVEIS (Vereadores Clodoaldo e Antônio) E UMA (01) AUSÊNCIA. Peço a primeira secretária, a doutora Juliane, que proceda ao segmento dos trabalhos. **JULIANE: PROJETO DE RESOLUÇÃO 3/2026**, de autoria do Presidente Gilson Moreira que *"Altera o regimento interno da Câmara Municipal de Orlândia, resolução 11, de 8 de dezembro de 2021, para regulamentar as emendas impositivas parlamentares"*. **LUIS:** Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura. **PRESIDENTE:** Dispensa concedida, já que é matéria de conhecimento de todos. **JULIANE:** Parecer jurídico: pela legalidade do projeto. Parecer da Comissão, Justiça e Redação: pela apreciação em plenário. Parecer da Comissão, Orçamento, Finanças e Contabilidade: pela aprovação. **PRESIDENTE:** Coloco em discussão o projeto de resolução 03/2026, de autoria da Mesa Diretora. **JULIANE:** Passo a palavra para Vítor Favaro Tonetto. **VITOR:** Boa noite novamente. Como a gente tinha acabado de falar, está vendo que cada vez mais, tanto o STF quanto o Ministério Público, têm deixado mais duras as leis para que fiscalize essas emendas impositivas. A gente sabe que, por muitos anos, essas emendas, por muitas vezes, não foram executadas. Outras vezes, saiu da finalidade do foco para a qual foi enviada e redirecionado para outro local. Então, é o que eu acabei de falar. Acredito que a gente tem que votar e fazer com que a nossa estrutura se organize para que a gente consiga entregar essas emendas impositivas, porque a gente sabe o quanto é importante para as entidades e também para o crescimento do nosso município, porque cada um de nós aqui entrega para uma área que a gente vê que é importante. Então, essas emendas não podem parar e a gente tem que fazer algo para que essas emendas funcionem realmente como devem funcionar. Obrigado, sr Presidente. **JULIANE:** Exatamente, senhor presidente. A gente tem um prazo, acho que até agora, no começo de julho, para fazer a entrega que o Ministério Público tinha solicitado. E, além das instituições, a gente também tem metade dessas emendas que são destinadas para a saúde. Então, realmente, a gente precisa ter tudo regularizado para que tudo fique correto, para a gente conseguir realmente fazer o destino correto e que elas sejam utilizadas da forma apropriada. **ANTÔNIO:** Eu posso? **JULIANE:** Passo a palavra para o Antônio Carlos Leite. **ANTÔNIO:** Muito obrigado. Senhor Presidente, Mesa, senhores vereadores, eu apenas quero insistir, porque agora toda a burocracia sai da prefeitura e vem para as mãos de cada um dos vereadores. Vocês percebem a dificuldade que nós temos, inclusive, de controlar os nossos requerimentos. A gente faz um requerimento para a prefeitura e depois você precisa ficar controlando, porque no ano passado nós tivemos diversos casos, por exemplo, de requerimentos que não foram respondidos e depois foram respondidos e nós fomos procurando. E se você

procurar nos seus arquivos, talvez haja algum requerimento, porque nós não temos um sistema interno, até sugerir, mas nós não temos um sistema interno que controle sequer os requerimentos. E não estou dizendo que os funcionários da Câmara não são capacitados para isso. Aliás, são muito capacitados. Aliás, eles fazem muito por nós, nós sabemos. Mas nós temos um quadro muito limitado. Imagina se as duas servidoras ou três servidoras que cuidam aqui da Câmara... Eu já disse, se nós distribuirmos as nossas emendas para seis entidades, são mais de 60 processos de transferência de emendas. Se a Prefeitura, que tem toda uma estrutura de centenas de funcionários, às vezes não dá conta de cumprir essa burocracia, imagine nós aqui na Câmara. Nós aqui na Câmara. Então, quando eu pedi o prazo, inclusive, foi para que nós pudéssemos fazer alguma emenda que pudesse melhorar a resolução. Porque é necessária a resolução. As entidades de controle têm cobrado. Eu só faço essa ressalva, porque nós não queremos que as entidades sofram com a ausência desse recurso. Algumas entidades, para funcionarem, precisam desses recursos. Algumas funcionam, mas outras, se não for a emenda impositiva, ela não funciona. Então, porque daria tempo. Nós suspenderíamos por uma sessão e ainda em junho nós votaríamos e não teria problema algum. Mas eu, como sou democrático, acho que a maioria vence, mas eu só estava pensando exatamente na nossa limitação estrutural e na necessidade das entidades. Então, eu faço essa ressalva, porque quando, lá no final do ano, estourarem essas questões, eu quero que fique registrado aí que talvez duas semanas fariam muita diferença nisso. Muito obrigado, Sr. Presidente. **PRESIDENTE:** Boa noite a todos novamente. Eu gostaria até de estar reforçando o meu voto de favorável ao projeto, só deixando claro o seguinte: A presente proposta tem por finalidade promover adequações necessárias ao regimento interno em atendimento às exigências formuladas pelo Ministério Público por meio do ofício de número 178-2026 do PJO, Promotoria de Justiça de Orlândia, referente ao procedimento administrativo de acompanhamento de número 0356-0000208-2025, bem como as observações e apontamentos realizadas pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, quanto à análise das contas desta Câmara relativa ao exercício de 2025. As alterações propostas visam aprimorar os mecanismos de existência, transparência, acompanhamento e rastreabilidade das emendas impositivas no âmbito do município de Orlândia, fortalecendo a publicidade dos atos legislativos e conferindo maior segurança jurídica aos procedimentos adotados por esta Casa. Além de atender às recomendações dos órgãos de controle e fiscalização, a medida contribui para tornar mais eficiente o exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo, especialmente no que se refere ao acompanhamento da execução das emendas impositivas, atribuição constitucionalmente conferida aos vereadores. Então, aqui, só para deixar claro o motivo do meu voto favorável ao projeto e da minha insistência para que este projeto seja aprovado ainda na noite de hoje, respeitando o ponto de vista de cada um. Não havendo mais inscritos, solicito ao segundo secretário,

vereador Luis Donizeti da Cruz, para que proceda a chamada dos senhores vereadores para a votação do mesmo. **LUIS:** Antônio Carlos Leite. **ANTONIO:** Contra. **LUIS:** Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Contra. **LUIS:** Gilson Moreira. **PRESIDENTE:** Favorável. **LUIS:** João Vítor Alves Pardal. **JOÃO:** Favorável. **LUIS:** Juliane Fernanda Pompilio. **JULIANE:** Favorável. **LUIS:** Luis Donizeti da Cruz - Ratinho. Favorável. Max. Paulo Rodrigues Alves Pereira- Porkim. **PAULO:** Favorável. **LUIS:** Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL:** Favorável. **LUIS:** Sebastião Atilio da Silva, Nego da Maruca. **SEBASTIÃO:** Favorável. **LUIS:** Vitor Fávaro Tonetto. **VITOR:** Favorável. **PRESIDENTE:** PROJETO APROVADO POR OITO (08) VOTOS FAVORÁVEIS DOIS (02) CONTRÁRIOS E UMA (01) AUSÊNCIA. JULIANE: PROJETO DE RESOLUÇÃO 004/2026, de autoria da Mesa Diretora que *"dispõe sobre a criação de fluxo procedimental e o dever de relatório pela Comissão de Levantamento de Demandas Públicas e Acompanhamento da Efetivação das Políticas Públicas e de Execução Orçamentária junto ao Poder Executivo."* **LUIS:** Sr. Presidente, peço dispensa da leitura. **PRESIDENTE:** Dispensa concedida, já que a matéria é de conhecimento de todos. **JULIANE:** Parecer jurídico: pela legalidade do projeto. Parecer da Comissão Justiça e Redação: pela apreciação em plenário. Parecer da Comissão Orçamento, Finanças e Contabilidade: pela aprovação. **PRESIDENTE:** Coloco em discussão o Projeto de Resolução 004/2026 de Autoria da Mesa da Câmara. Também para esclarecimento, o Projeto de Resolução de número 04-2026, que dispõe sobre alterações no Regimento Interno da Câmara Municipal de Orlândia, a presente proposta também tem por finalidade promover adequações necessárias ao Regimento Interno em atendimento às exigências formuladas pelo Ministério Público anteriormente mencionadas referente ao Projeto de Resolução 03/2026, bem como as observações e apontamentos realizados pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo quando, da análise das contas desta Câmara relativa ao exercício de 2023 e 2025. As alterações propostas visam fortalecer a atuação da Comissão Permanente de Acompanhamento das Políticas Públicas Municipais, conferindo maior efetividade ao controle e à fiscalização das ações governamentais. Além de atender às recomendações dos órgãos de controle e fiscalização, a medida contribui para aperfeiçoamento dos instrumentos de acompanhamento da execução das emendas impositivas e das políticas públicas municipais, reforçando o papel institucional desta Casa no exercício de suas atribuições constitucionais e regimentais. Não havendo mais inscritos, solicito ao segundo secretário vereador Luiz Donizete da Cruz, o Ratinho, para que faça a chamada dos senhores vereadores para a votação do mesmo. **LUIS:** Antônio Carlos Leite. **ANTONIO:** Pela aprovação. **LUIS:** Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Favorável. **LUIS:** Gilson Moreira. **PRESIDENTE:** Favorável. **LUIS:** João Vítor Alves Pardal. **JOÃO:** Favorável. **LUIS:** Juliane Fernanda Pompilio. **JULIANE:** Favorável. **LUIS:** Luis Donizeti da Cruz - Ratinho. Favorável. Max. Paulo Rodrigues Alves Pereira- Porkim. **PAULO:** Favorável. **LUIS:** Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL:** Favorável. **LUIS:** Sebastião Atilio da

Silva, Nego da Maruca. **SEBASTIÃO:** Favorável. **LUIS:** Vitor Fávoro Tonetto. **VITOR:** Favorável. **PRESIDENTE:** PROJETO APROVADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES.

Antes de iniciarmos a palavra livre, considerando o pedido de desligamento apresentado pelo vereador Luiz Donizete da Cruz e a vereadora Juliane, membros da comissão especial de inquérito, com fundamento no artigo 27, parágrafo 1º, da lei orgânica do município e visando assegurar a regular composição da referida comissão informo que será realizado um novo sorteio para a escolha de vereadores substitutos. Gostaria que o vereador Antônio Carles Leite, por favor, acompanhasse aqui de perto a contagem. *Neste momento, o vereador Antônio Carlos Leite se aproximou do Exmo. Sr. Presidente.*

Então tem que tirar os vereadores que já estão. Rafael Palma de Araujo. A comissão está completa agora. Tem algum impedimento, Rafael? Não? Então, a votação foi apenas de um membro, porque o Ratinho pediu que fosse retirado o nome dele, até por motivos particulares e até mesmo pelo motivo de trabalho. Então, pessoais. Então, cabe a ele. Terminada a ordem do dia, passaremos a palavra livre. **JULIANE:** Passo a palavra para Sebastião Atilio da Silva, Nego da Maruca. **RAFAEL:** Sr. Presidente, por motivo de saúde, não estou me sentindo bem, peço a dispensa. **PRESIDENTE:** Dispensa concedida.

SEBASTIÃO: Boa noite novamente a todos e a todas. Todos presentes, Srs. Presidentes, Sras. Vereadores, Srs. Vereadores, imprensas que ainda falaram, ouvintes e todos os amigos presentes aí, inclusive a minha esposa, Dona Isabel, que está presente na Câmara e que agora vai participar um pouco mais. E a minha neta, que hoje é minha secretária, está do meu lado me ajudando, me apoiando e vai ajudar a resolver os problemas de Orlândia. É mais um quebra-cabeça para a coitada. Quero dizer, Sr. Presidente, que, entre na Vila Bucci, descendo na Rua 30, virando pela Travessa 21, tem umas áreas, a 21 também na 19, nesse mesmo rumo mais ou menos, tem umas áreas da Prefeitura, ou que seja do CDHU, que está muito suja, tem que ser limpada na 21, na 19. Então, que o Sr. Prefeito desça uma mão para nós aí e desça uma limpada nessas áreas. Os vizinhos estão pedindo, cobrando, e está difícil. Eu não posso toda a vida eu pegar minha maquininha e eu ir lá. Eu também tenho família para cuidar, então, é uma coisa que eu acho que a Prefeitura deve fazer. E sobre a Vila Bucci, a gente vem sempre fazendo pedido. Entendo que talvez a situação não está das boas, mas ali na Avenida 19, entre a 24 e 26, tem lá o que era o meu hospital, um pronto-socorro da Vila Bus lá, de frente com o centro de lazer, está desativado. E a gente está pedindo para que faça ao lado do Ministro Hospital da Vila Bus uma sala para farmácia e uma sala para diabéticos. E não tem necessidade, tem essa casa que está parada. Então, tem coisas da Prefeitura que pode ter aproveito, que pode ser realizado um trabalho ali mesmo. Então, faz uma análise aí e vê se tem condições de fazer esse trabalho ali nesse local, que é de frente com o Centro de Lazer da Vila Bucci. Eu vejo também ali na Rua 4, ao lado da Prefeitura, tem um enorme de uma casa que está desativada há muito tempo, que era do senhor promotor, ou do senhor juiz, não me lembro, mas juiz dos dois, e ela foi devolvida para

7053

a Prefeitura, ou doada para a Prefeitura. E ela está sem reforma, a gente vê lá que está muito... uma coisa que pode ser bem aproveitada para trabalho da Prefeitura, ou alguma coisa da Prefeitura. E essa casa já tem, desde o mandato passado, que foi devolvida para a Prefeitura. Isso eu te falo porque a gente tem certeza. Tem muitas coisas que podem ser resolvidas. Na Vila Bus, a gente fala Vila Bus, pelo respeito, que quase que nasci na Vila Bus, a gente quer que cuide da cidade, todos os bairros. Tampouco estou fazendo indicação para que no Jequitibá, ou em outros bairros, que a limpeza seja mais também rápida. A população está reclamando. Mas quando eu falo da Vila Bucci, eu quero dizer que não porque sou de lá ou porque moro lá. Eu acho que coisa não está sendo feita pelo livro da maluca, não sei, né? Já falei uma vez, vou falar duas, três, dez, vinte, quantas vezes eu quiser. Se for para melhorar a Vila Bucci, se precisar de eu mudar de lá, eu mudo. Pode mudar, mas se mudar, vamos mudar lá para o Brasão, vamos mudar para o meu bairro, para o meu povo. Mas assim, eu quero com carinho que analise e vamos arrumar a Vila Bus. Não está certo. Essa calçada eu vou insistir, pedir, pedir, pedir e ela vai ser feita, se Deus quiser. Até quero também, eu vejo os amigos, os vereadores, falam de tanta coisa e não estão falando dessa calçada da Vila Bucci. Me ajuda, pelo amor de Deus, hein? Vamos resolver isso aí. Quem sabe mais pessoas falando, mais vereadores falando, nós conseguimos asfaltar essa calçada lá, arredor do centro de lazer. Isso é na Rua 24, na Avenida 21, aquela população também merece. Ah, mas é de prefeitura. É por isso que tem que fazer. A prefeitura tem que cuidar da sua casa. A calçada não pode ser feita, por quê? Então tem que fazer essa calçada. Eu estou fazendo esse apelo aí e uma coisa que eu quero que o prefeito entenda, que eu quero que a vida dele dê certo como prefeito, isso aí eu torço para ele. A gente vem com muito amor, falando com a população, pedindo para todos, vão dar uma mão, vão ajudar, porque a gente quer que a cidade vai bem. Então o senhor pode ficar tranquilo, senhor prefeito, que eu só quero a melhora do meu bairro lá, porque está feita. E se Deus quiser, eu tenho certeza que o senhor vai deitar, dormir e vai acordar pensando isso aí. Muito obrigado. **ANTÔNIO:** Senhor Nego, só uma parte, por favor? Eu, por exemplo, parei um pouco de falar, porque acho que em algum momento, o colega disse que alguém disse que iria ser feito pela prefeitura, ou me enganei? **SEBASTIÃO:** O senhor se enganou sim, porque eu citei aqui que o senhor Leonardo Alvo, no momento que eu pedi, ele falou que ia ser feita a calçada, arredor de toda a calçada feita, só que ficou nudismo. Aí complica a situação. Nudismo não dá certo. É que a Vila Bucci, costuma algumas pessoas, alguém pensar que a Vila Bucci é o resto, é o fim. Não, a Vila Bucci é a primeira. Não porque é do Nego da Maruca, não porque o Nego da Maruca vive ali com seus filhos, com seus irmãos, com seu povo. Mas a Vila Bucci tem valor, sim. **ANTÔNIO:** Então, prometeram? **SEBASTIÃO:** Prometeram, senhor. Prometeram que ia fazer. Isso vem desde o ano passado e essa promessa, se Deus quiser, vai ser cumprida. É o que eu falei, a gente vai tentar, vai pedindo, pedindo,

Handwritten signature in blue ink.

pedindo. Tem várias coisas, senhor Leite, que a gente pensa no que o senhor disse. O senhor, no começo do seu mandato, o senhor diz assim. Nós fomos contra algumas coisas, senhor. O senhor diz, vocês não estão contra. Eu estou certo e vocês certo. E agora o senhor me falou uma palavra que o senhor começou a me deixar um pouquinho triste. Porque o senhor, nós temos que cada vez mais atacar e para fazer e para te ajudar. Então, eu estou aqui fazendo o pedido e o senhor pode ter certeza que eu preciso dessa ajuda mesmo. Eu parei, eu desisti, eu não vou desistir, não. Vou seguir igual o senhor. A calçada vai ser feita. Nem que for pela ajuda de moradores, de funcionários, de mutirão. Nós vamos fazer aquela calçada lá. E a gente pede não que eu queira que o meu bairro seja o melhor. É que ele já é o melhor. Por isso que eu estou lá, tá bom? E participo de todos os bairros, trabalho para toda a população orlandina. Quero agradecer a todos. A gente joia num canteiro para plantar uma grama, ajudar aí. Porque é um trabalho particular, não trabalho para a prefeitura. Mas é um trabalho particular. Quando me convidam para fazer um canteiro, a gente vai. Recebo meu dinheiro para tratar da minha família. E não consigo trabalhar. Não consigo atender telefone. Talvez vocês mesmos precisem do Negro da Maruca para passar algum problema, algum motivo. E eu não tenho como atender, porque eu estou agachado, estou em cima do ar, estou trabalhando. Mas eu quero agradecer a população de coração mesmo, que a gente vê que a gente é mesmo conhecido. E o povo, graças a Deus, me ama. E esse amor eu tenho por vocês, meu povo. Muito obrigado. **JULIANE:** Passo uma palavra para Paulo Rodrigues Alves Pereira, Porkim. **PAULO:** Boa noite, senhor presidente, vereadora, vereadores, todos aqui presentes. O assunto é sobre o atraso de pagamento, novamente. Funcionários da empresa Sigma me procurou. Não estão pagando na data correta. A maioria das funcionárias foram receber semana passada no dia 11. Algumas foram receber só hoje. FGTS não sendo depositado. Cartão alimentação em atraso quase 30 dias. A empresa global, mesma situação. Então, por ser uma empresa que presta um serviço para a prefeitura, mesmo que é terceirizada, a prefeitura tem que procurar saber o que está acontecendo. Porque uma dessas empresas, a Sigma, disse para os funcionários que a prefeitura não está passando o pagamento. E por isso que a empresa está atrasando com as funcionárias. Por mais que a empresa teria que ter esse dinheiro em caixa para pagar as funcionárias. Mas a prefeitura também tem que fazer o seu papel. E, se está fazendo o pagamento, tem que cobrar dessas empresas também para poder pagar essas funcionárias nas datas corretas. E, na última sessão, se eu não me engano, eu falei sobre uma empresa que estava em nossa cidade prestando serviço, que pinta as guias de nossa cidade, que a prefeitura não pagava ela desde março. A empresa desistiu, foi embora da nossa cidade. Então, menos uma empresa dentro de nossa cidade. Por hoje é só, muito obrigado. **JULIANE:** Passa a palavra para Vitor Fávaro Tonetto. **VITOR:** Boa noite novamente. Eu gostaria de começar aqui, a minha palavra livre, agradecendo ao deputado estadual Rafael Silva. No dia 10 da semana passada, eu

recebi a notícia que foi enviado e empenhado já ao nosso município mais 600 mil reais para a saúde, onde vai ser destinado para exames, cirurgias e também medicamentos aqui do município. Então, eu gostaria de mais uma vez parabenizar e agradecer ao deputado estadual Rafael Silva, ao seu filho Rafael Silva Jr., por sempre apoiar e fazer o meio de campo ali com o pai dele, para ajudar o nosso município. Hoje, com essa verba, já se soma 3,5 milhões de verbas desde o início do mandato. Então, isso é muito importante para a nossa população, porque a gente vê que, como até mesmo o doutor Leite, a gente discutiu aqui na última sessão, por mais que a gente faça investimento e investimento na saúde, nunca vai ser o suficiente. Então, isso é importante e eu agradeço imensamente mais uma vez ao deputado. Para falar da questão das emendas até, gostaria de fazer aqui uma sugestão também ao presidente, porque a gente estava discutindo e não conseguiu, por conta que a gente não podia rebater o Leite, teoricamente, durante a palavra, em dizer que hoje, como é feita essa questão das emendas Leite? Já não era feita pela Prefeitura. O que acontece? As entidades têm que fazer um plano de trabalho, enviar para a Prefeitura, e a Prefeitura teria que, teoricamente, corrigir e aprovar. Então, até a sugestão que eu faria aqui ao presidente de talvez ir atrás de um curso de capacitação para as meninas que trabalham aqui, justamente para essa correção, e a gente continuar deixando essa responsabilidade de fazer o plano de trabalho para essas entidades, e, com a capacitação das meninas, elas possam ter essa capacidade de conseguir corrigir e até ajudar a elaborar, para que a gente não deixe de perder essas emendas para as entidades, que é muito importante. E, para finalizar, eu queria entrar até na fala do Porkim sobre a questão dos pagamentos. O que é importante, que eu já até conversei com algumas funcionárias, eu entendo o ressentimento delas, porque talvez eu também teria esse ressentimento, mas elas precisam enviar para nós, igual quando tem essa questão do FGTS, elas precisam enviar isso para nós para que a gente possa abrir um processo contra essas empresas. Porque se hoje elas estão lá e falam a gente não está recebendo FGTS, não está recebendo salário, só que elas não enviam esses comprovantes para que a gente possa abrir um processo administrativo, fica difícil a gente abrir esse processo simplesmente pela palavra. Eu até conversei com algumas e elas falaram, mas se eu te enviar isso aqui, eles vão ver que é meu e, automaticamente, eu vou ser mandado embora. E, realmente, eu concordo com o medo delas. Mas, para que a gente possa tomar uma atitude real quanto a isso, a gente precisa desses FGTS para a gente abrir esse processo. Pode falar, Clodô. **CLODOALDO:** Só pegando um gancho do que o senhor falou, eu cheguei a coletar uns 15 extratos analíticos do fundo de garantia de algumas meninas. Levei até a Secretaria de Saúde, entreguei para o William em mãos, ele notificou a empresa sobre e regularizou o fundo de garantia dessas meninas. Ele até me mostrou o comprovante, segundo ele houve alguma falha, mas dessas meninas a qual eu levei os comprovantes foram resolvidas. Ótimo. Então, foi justamente. Eu falei para elas assim, não adianta

vocês chegarem e trazerem informação vazia, eu preciso de documento. Então, elas tiraram o extrato analítico do fundo de garantia, me entregaram e eu levei pessoalmente na mão do William, dessas meninas, e foi resolvido dessas meninas. Não sei se existem outras que não foram resolvidas ainda, mas dessa a qual chegou ao meu conhecimento, eu fiz dessa forma. Recolhi, apaguei os nomes, uma sugestão, apaguem os nomes para garantir a integridade das meninas e levem até a Secretaria de Saúde.

LUIS: Só uma parte, Vitinho. **VITOR:** Pode falar. **LUIS:** O vereador Clodoaldo, o senhor que está ligado a essa parte da saúde, o senhor tem conhecimento de quantos funcionários essa empresa tem atualmente? Porque eu acho que seria mais prático pegar a relação de todos, se é que existe o medo da perseguição da dispensa, pega a relação de todos os funcionários e passa para a Prefeitura consultar. **VITOR:** Pelo que eu entendi, o Porkim tinha até falado da Sigma, eu fico feliz de saber do Clodô que foi regularizado essa parte da saúde, e a Sigma é da parte das escolas. Então, tenta levar essa sugestão para elas, que aí você possa fazer, talvez, como o Clodô, de apagar o nome delas, e a gente fica comprometido a isso também, para que a gente possa levar até a secretaria, não sei se é da Infra que tem esse contrato ou se é direto com a Secretaria da Educação, para a gente tentar fazer com que seja regularizado como foi a situação das meninas da saúde, porque realmente isso aí é inadmissível. A Prefeitura repassar o dinheiro, e elas automaticamente, por ter um contrato com essas meninas de CLT, de contrato, elas deveriam passar esse FGTS. Então, se não passa, que a empresa seja notificada, que a gente tenha isso em mãos, ou que se permanecer depois da notificação que esse contrato seja quebrado, porque essas meninas trabalham, faz o que é certo, acorda todo dia certinho, para depois chegar no final do mês e ver que seu FGTS não foi depositado, ou que o combinado de ser pago no quinto dia útil vira no décimo dia útil, é complicado realmente. Mas tenta ver com elas, se você consegue alguns extratos, para que a gente consiga levar isso até a secretaria responsável, para tentar pressionar essa empresa aí. Obrigado, Sr. Presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para o Antônio Carlos Leite. **ANTÔNIO:** Sr. Presidente, Mesa, senhores vereadores, aqueles que nos acompanham pela internet e aqueles que estão presentes aqui nessa Casa de Leis. Aproveitando a minha palavra livre, eu queria pedir ao Sr. Presidente sobre o projeto de lei complementar que oficiasse então ao Executivo para encaminhar a documentação que falta, que é o comprovante de fundos federais para cumprir o projeto. Porque senão a gente passa a semana e eles não recebem nada. Se for possível, eu agradeceria. Eu quero discorrer hoje sobre uma questão muito importante, promessa. Quando o vereador Nego falou sobre a calçada e eu fiz questão de sublinhar, é porque no meu coração de vereador, o que nós prometemos ao povo, nós trabalhamos para cumprir. E quando o Executivo promete algo e não faz, na verdade não está deixando de fazer para o vereador, está deixando de fazer para o povo. E é um desafio que eu lanço. Promessa de político foi colocado na mesa da população como algo a não ser acreditado. Nós que

decidimos enfrentar esse caminho, assumindo a nossa posição como vereador, nós de vez em quando somos colocados nessa condição. Promessa de político não se pode confiar. E isso me deixa chocado. Eu sei que há um sistema em que a política perdeu o crédito, mas no que depender de minha postura, eu vou cumprir aquilo que prometi. E cobrar do Executivo aquilo que o Executivo prometeu e não está cumprindo. Inclusive numa questão simples, promessa precisa ser cumprida. Eu, enquanto estiver aqui, dentro daquilo que for possível, eu quero resgatar do nosso ambiente, para o nosso ambiente, essa credibilidade que foi perdida, não foi perdida por nossa culpa, nós estamos aqui agora tentando trabalhar, mas quando prometem, eles precisam cumprir. Nego da Maruca, por favor. **SEBASTIÃO:** É, senhor, só queria dizer, primeiro, a gente talvez discorda do senhor em algumas coisas, mas é o que o senhor diz, você com razão e nós com razão. Agora, quando eu vou na casa de qualquer pessoa, na Vila Bucci, ou na cidade mesmo, na cidade, nos bairros, todos os bairros, quando eu vou pedir o meu voto, a primeira coisa que eu falo, não vou fazer nada. O senhor sabe por quê? Porque depois não faz. Só que eu faço depois. Então, eu costumo dizer, não vou fazer nada, analise se você acha que eu mereço. Porque depois, se eu fazer, é lucro, é o certo, é o meu dever, é minha obrigação. Então, por isso que eu digo, vamos sempre caminhar junto, lutar junto, eu gosto, preciso tanto da nossa união, de todos os vereadores, para que nós façamos a cidade ser feliz. E o nada, nós multiplicamos muitas coisas aqui na Câmara, ou em Orlandia para a população. Muito obrigado, senhor. **VITOR:** Você me dá uma parte? **ANTÔNIO:** Claro, claro. **VITOR:** Eu acho isso importante, a gente vinha cobrando, fez uma parte lá, né, Nego? Que todos os vereadores se uniram e começaram a fazer uma parte. Inclusive, eu tinha até comentado com o Nego, para a semana que vem novamente, semana passada eu tinha trazido algumas pessoas para a gente tentar algumas parcerias público-privado, tanto para o centro de lazer da vila, quanto da vilinha, para a gente tentar trazer esses empresários para a próxima, para ajudar, que hoje, realmente, uma gestão pública eficiente tem essas parcerias público-privadas, que é onde a gente tem o apoio dos empresários, com o apoio também da Prefeitura, fazer com que os espaços que nós temos hoje sejam cuidados e sejam movimentados. Até, acho que foi na terça-feira, que nós sentamos ali para conversar disso, não foi? Terça ou quarta-feira passada. E eu acredito que isso seja a realidade. Então, se a gente percebe que está demorando a acontecer só pelo poder público, eu estou tentando também buscar essas parcerias público-privadas para que a gente possa tentar devolver para a nossa população esses espaços que são muito importantes. Obrigado, Sr. Presidente. **SEBASTIÃO:** Me dá licença mais um minuto. Eu gostaria que a prefeitura fizesse mesmo, não em parceria, ou só em parceria. Parceria nós precisa, mas pede uma vez, pede duas, não vai ser feito. Então, que a prefeitura fizesse para nós essa calçada. Eu preciso que a prefeitura faça, porque não votei para esse prefeito, mas nem por isso eu não mereço o pedido ou o trabalho feito no meu bairro. Então, eu preciso que faça mesmo essa

calçada. Sr. Vitor, eu te agradeço, você sabe que nós estamos sempre juntos, te apoio muito, você sabe que eu te apoio, só que eu gostaria que essa conversa, nós até parássemos de falar que vai fazer parceria, porque se for para fazer parceria, eu dou iniciativa, que é o meu bairro, eu corro atrás e vou dar conta de fazer. É só o Prefeito autorizar. Publica em chorão, em qualquer coisa, pode fazer a calçada. Nós vamos fazer a calçada. Vou pedir para a empresária, porque eu tenho muito amizade com a empresária também. Meu povo é a classe simples, é os pobres. É meu povo. Meus irmãos, minha família, mas só que eu também tenho apoio de algumas pessoas mais altas um pouco, e que podem ajudar nós na verba. Então, vamos parar com esse negócio de pedir, pedir, pedir, e não conseguir nada? Isso aí vai ficar para história, isso aí é história, não vai dar conta. Te agradeço muito pela tua preocupação, pelo seu apoio, mas eu estou, assim, achando, assim, que o Prefeito tem que fazer, não tem jeito, tem que fazer, porque senão como vamos fazer? Obrigado, Vitor. Obrigado, senhor Leite. Imagina. **LUIS:** Doutor, só a título de informação, porque eu tenho conhecimento, eu quero esclarecer isso aqui para o senhor, e para todos também, e o negro, que é a maior parte interessada, eu também tenho interesse nessa calçada, o doutor Leite tem conhecimento, eu tenho uma calçada na Rua 3, paralela ao cemitério, que também está aguardando para ser feita. E a questão de uma semana atrás, a Secretaria de Infraestrutura, houve um pregão licitatório, e esse pregão deu deserto. Houve um aumento no cimento, nos últimos dias, e o pessoal recuou. Então, a título de informação, eu não tenho a procuração para representar a Prefeitura aqui nesse momento, mas como eu tenho essa informação, eu me comprometo, na próxima sessão, na próxima segunda-feira, trazer aqui a data do próximo pregão. Como o pregão deu deserto, não apareceu ninguém, então eu acredito que vai ser remarcado, vereador, uma nova data, e eu acredito que esse atraso que o secretário tem esse compromisso de refazer uma calçada para mim lá no cemitério, e também tem esse pedido do vereador Nego da Maruca, eu me comprometo, vereador, já na próxima sessão, trazer a data do próximo pregão, que é um pregão de concreto, que aí se fala concreto usinado, e isso aí provavelmente é o que derrubou esse compromisso que o secretário tinha comigo, e também com o vereador Nego da Maruca. Eu me comprometo, então, na próxima sessão, trazer a data, se já foi remarcado, a data desse próximo pregão. Está bem? Obrigado, vereador. **ANTÔNIO:** Imagina. Confiança é o que nós estamos falando, o que se promete e se faz. Esses processos de licitação têm sido frustrados porque ninguém quer vir para uma cidade, por exemplo, que não recebe em dia. Então as empresas começam a não querer participar dos processos aqui porque percebem que as empresas não estão recebendo. Ninguém quer trabalhar e lá no final do mês não receber. Essa é uma questão. Então a prefeitura enfrenta graves problemas financeiros e quando a gente vê a página da prefeitura, parece que é um conto de fadas. Não querem colocar os pés no chão e deixar isso transparente. Eles querem ficar, claro, com uma agência de

publicidade com 800 mil ao ano, eles ficam colocando coisas para dar a impressão de que está tudo bem e não está tudo bem. E a nossa função aqui é ajudar para que não fique pior do que está. Porque está ruim. Não está bem. Está muito ruim. Está pessimamente administrado essa prefeitura. Quando nós ouvimos de fundo de garantia que não é depositado Eu não vou falar o nome aqui, nem vou bater na mesa em respeito à doutora Juliana, que um dia eu prometi que não ia bater na mesa, e de vez em quando a gente parte e acaba assustando, que ela olha de frente. Mas isso tem um nome. Eu não vou falar o nome aqui, para depois a turma não ficar mandando ofícios, pedindo retratação. Mas o nome disso está definido em alguns códigos da nossa justiça. Não depositar fundo de garantia e o Executivo ficar tranquilo, isso já tinha que ter sido tomado providência há muito tempo. E quando eu falo de perseguição, e aí eu termino, eu fico abismado. De funcionário, de servidores, de quem presta serviço, ficar com medo de aparecer por medo de perseguição. Eu não admito, porque eu lutei contra isso, eu briguei contra isso, em tempos em que não se podia dizer tudo. E quando nós mudamos a administração, e houve essa renovação, uma das coisas que eu queria defender era a liberdade das pessoas se manifestarem, ainda que nós sejamos contra, ainda que nós tenhamos opiniões diferentes, mas tem que ter democracia. Hoje eu fui vencido num requerimento, e qual que é o problema? É democracia. E não vai haver perseguição nisso. Agora, medo de perseguição? Não! Não, gente, isso não pode, não é admissível. Eu fico indignado, e aí eu termino, Sr. Presidente. Porque o servidor tem que ter liberdade para se manifestar. Os prestadores de serviço têm que ter liberdade para se manifestarem. Essa Câmara tem que ter liberdade para se manifestar. Cada vereador tem que ter a liberdade de dar a sua opinião. Eu não admito isso. E deixo aqui registrado, se você está com medo de sofrer perseguição, me procure, e nós vamos pensar numa coisa para fazer. Mas não tenha medo, nós não podemos viver numa cidade onde não haja liberdade, principalmente por uma administração que prometeu, que prometeu ser diferente. E aí eu volto. Prometeu e não está cumprindo. Isso eu não admito. Muito obrigado, Sr. Presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Boa noite, Sr. Presidente, mesa, nobres edis, imprensa escrita e falada, munícipes que nos acompanham aqui nessa Casa de Leis e pelos meios de comunicação. Eu quero iniciar essa fala justificando o meu voto contrário ao Projeto 03/2026. É a segunda vez que acontece isso nessa Casa de Leis, de um pedido de vista de um vereador ser negado. Na mesma sessão, nós demos dois pedidos de vista e no terceiro foi negado. Eu entendo que é um pedido do Ministério Público, entendo. Mas chegou para nós, se eu não me engano, na sexta-feira, que chegou para essa Casa de Leis. E aí, interessante que correu-se rapidamente, fez o projeto. Uma semana não iria atrapalhar em nada. Nós temos até o final do mês para poder cumprir esse pedido e foi negado um pedido do vereador. Uma semana não alteraria em nada, nada, nada, nada, respeito à decisão dos nobres pares, mas, ao meu ver, às vezes falta coerência nisso. Foi dito aqui nessa

Casa de Leis que nós temos um acordo de cavaleiros, que todas as vezes que um vereador fizer um pedido de vista, seria acatado. Então, já é a segunda vez que acontece isso e eu não poderia deixar passar em branco, porque se é para um projeto, precisa ser para todos os projetos. E ele foi bem mais além que ele fez o requerimento solicitando. Então, nada mais justo do que nós respeitarmos, porque vai chegar um ponto que vai pedir um pedido de vista e vai ficar, vai dar, não vai dar, vai dar, não vai dar. Então, nós precisamos entrar realmente num acordo, num diálogo, como foi dito pelo Sr. Presidente, para podermos alinhar essa situação, porque quem está assistindo também tem essa mesma visão. Deram a vista para dois e para um não. Então, só para nós podermos não ficar com essa má impressão, porque parece que alguns projetos tem mais pressa em ser aprovados, outros nem tanto. Eu gostaria também de fazer um comentário. Na semana passada, alguns pacientes relataram que a clínica hiperbárica de Franca ligou para os pacientes que fazem um tratamento, que tem que ser contínuo. São poucos pacientes? Sim, mas eles estão passando por um tratamento. Para quem não sabe, a câmara hiperbárica, para tratamento de feridas, dentre outras coisas. E a clínica ligou suspendendo o tratamento, que eles só poderiam retornar ao tratamento no próximo mês. Isso foi no dia 10. Eu busquei informações, perguntei na secretaria. Segundo informações, é porque não houve um aditamento no contrato. Mas o que me chamou mais atenção é que fizeram um aditamento no contrato da empresa que cata galho na cidade. Então eu pergunto, cadê a prioridade? Você não fazer um aditamento, repito, tudo bem, são só quatro, cinco pacientes, mas você não fazer o aditamento para uma pessoa que está fazendo um tratamento de saúde e fazer um aditamento para a empresa que cata galho da cidade. Não sou contra a limpeza urbana. Eu sempre cobrei que seja feita. Mas precisa ter prioridades. E ao meu ver, esse contrato da empresa teria que estar abaixando, porque foi construído um ecoponto na cidade. E mesmo assim foi feito um aditamento de 25% nesse contrato. Então precisa-se entender quais são as prioridades desse governo atual. Para encerrar, sr Presidente, eu quero trazer um assunto que fazia algum tempo que eu não falava dele. Empresa Sanor. Eu fiz questão de não falar dessa empresa mais para ver como seria a conduta do Executivo, do Comitê Fiscalizador, e nada mudou. Existem ainda extravasamentos de esgoto na cidade. Eu passei para o Sr. Roberto uma demanda de um vazamento de água potável no meio da rua. Já faz mais de uma semana que eu passei para ele, mas já fazem 15 dias que está vazando água do asfalto, minando água do asfalto. E até o presente momento, que eu passei antes de vir para a sessão, se encontra da mesma forma. E a pergunta que eu faço é, onde está o Comitê Fiscalizador? Onde estão as pessoas que são responsáveis em fiscalizar a empresa Sanor? Porque foi dito que esse comitê foi criado justamente para isso, para fiscalizar, para fazer o que deveria ser feito. Mas até o presente momento, eu vejo esse comitê como um órgão fantasma. Mandaram aqui para o Sr. Leite um documento, várias coisas, foi para o Sr., né? Que, ao meu ver, foi só para encher linguiça.

A cidade continua sofrendo, pessoas procurando com tarifas altas, com contas altas, pessoas procurando que, quando a água volta, a água vem suja. E eu não vejo uma movimentação do Executivo. Eu não vejo uma movimentação da parte concedente desse contrato. Enquanto isso, a população está lá pedindo socorro, e o tal comitê encontra, da mesma forma, parado. **ANTÔNIO:** Sr. Clodoaldo, só um aparte. Ainda falo da promessa. Essa administração prometeu que iria enfrentar esse contrato de concessão para fiscalizar com rigor, e não tem fiscalizado. Esse comitê, eu vou até sugerir, porque aqui é gravado e faz constar na ata, eu até sugiro que eles refaçam esse comitê e, de fato, coloquem regras ali e digam para o comitê que é um comitê de fiscalização. Então, por exemplo, nós montamos aqui uma comissão especial de inquérito, e um vereador disse, olha, eu não posso, por causa disso, então, se aqueles que participam de um comitê de fiscalização entendem que não podem fazer essa fiscalização, que o Executivo altere, mude, mas crie um mecanismo, porque nós estamos falando aqui do povo de Orlândia, não é para mim, não é para nós, é para o povo. Ou o executivo trabalha para o povo, ou ele vai descumprir aquilo que prometeu, porque isso foi promessa. E aí não dá para a gente falar assim, ah, mas o prefeito promete isso e cumpre só isso. Não, prometeu, tem que cumprir. Ou então nós continuaremos em descrédito com a população. Muito obrigado, Sr. Clodoaldo. **CLODOALDO:** Só para encerrar, Sr. Presidente, é justamente o que o vereador eleito acabou de dizer. Nós fomos eleitos, houve uma mudança na cidade, onde a promessa de campanha que veio do governo atual é que seria analisado o contrato, seriam tomadas todas as atitudes cabíveis, e até o presente momento eu não vi absolutamente nada. Eu, vereador Clodoaldo Santana, juntamente com o vereador Rafael Palma, vou falar mais uma vez aqui na sessão. Nós levamos o Comitê Fiscalizador na Lagoa de Tratamento, no ano passado, onde o esgoto 100% estava sendo lançado em córrego, no córrego, em Natura, e até o presente momento não foi feito nada. Segundo o Comitê, estava um pouco escuro, não deu para ver. No outro dia não foi feito nada. Então fica aqui a minha pergunta. O que está acontecendo com o Comitê? Será que alguém tem alguma coisa presa com a empresa? Será que existe alguma coisa por trás que nós não estamos conseguindo enxergar? Porque a promessa de campanha foi essa, e até o presente momento nada se foi feito. No ano passado eu acho que fui o cara mais chato dessa cidade falando de Sanor. Chegou a um ponto que a cidade falava assim, é o vereador do esgoto. Sério, é cômico, mas foi tanta, tanta denúncia, tanta coisa que eu trouxe, que o Executivo tinha munção suficiente para fazer qualquer coisa contra a empresa Sanor. E, infelizmente, não foi feito nada. Muito obrigado, Sr. Presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para João Vitor Alves - João Pardal. **JOÃO:** Boa noite novamente, Sr. Presidente, nobres colegas vereadores, vereadora Juliane, empresas que te falaram, municípios aqui presentes, é um prazer mais uma vez estar falando com vocês, ouvintes das rádios aqui de Orlândia também, é um prazer estar falando com vocês. Eu lembro muito bem que

no dia 30 de março, logo após a comemoração do aniversário de Orlândia, nós fomos lá para a inauguração da creche do Jardim Teixeira, que, se não me engano, é a Emeb Luzia Pioto Bordin, e pais, mães têm me procurado falando que a unidade está vazia e não está recebendo aulas. Então, Sr. Presidente, eu gostaria, se possível, pedir informação, fazer um requerimento, pedir informação para a Secretaria de Educação, fazendo o favor, perguntando qual o motivo que ainda não começaram as aulas das crianças, se falta documentação, se falta equipe, se falta algum problema de infraestrutura. Vou ficar muito feliz se puder fazer isso por mim, Sr. Presidente. Eu gostaria agora também de agradecer ao pessoal da Secretaria de Esporte e também da Secretaria de Saúde, que nessa semana, no domingo, eu realizei a primeira copa interna do Instituto João Pardal. Foi legal demais. Para o pessoal da Secretaria de Esporte me abrir, o Ginásio Maurício Leite, que a gente vê a felicidade das crianças, dos pais de estar presente. Foi muito legal ver o sorriso no rosto dessas crianças. Por isso que eu criei o Instituto João Pardal. E também, tinha chovido muito durante a noite, durante a manhã, e eu cheguei no ginásio, no Maurício Leite, completamente alagado. Estava chovendo mais lá dentro do que lá fora. Aí juntou a equipe lá do meu Instituto, a gente conseguiu rapar, foi um pouco atrasado, mas o importante é que isso aconteceu. E eu acho que é inadmissível, né? A gente vê um ginásio daquele tamanho, entrando água mais dentro do que lá fora. Então eu gostaria aqui de fazer uns pedidos para o secretário de infraestrutura. Ó, o ginásio. Tem a falta de acessibilidade, desde quando inaugurou, não sei porque ele inaugurou daquele jeito. Luz, vestiários todos quebrados. Esse problema de infiltração, que chove mais lá dentro do que lá fora. Olha os problemas que tem em Orlândia. O centro de lazer, a calçada, né Nego? O que você pede aqui, sei lá, faz 12, 16 anos essa calçada. Cavalete pela cidade inteira, buraco na cidade inteira. Desculpa a palavra, senhor Presidente, mas o ginásio está um lixo. Piscina pública parada, não tem nada lá. Só tem o pessoal, usuário de droga entra lá para quebrar tudo. Para mim tem que lacrar aquele lugar. A gente vê Centro de Lazer de Edgar Benine totalmente parado, só tem pomba lá, com risco de ficar doente o pessoal que trabalha naquele local. A gente vê o teatro municipal, não tem como usar. A gente vê o Espero d'água também, essa obra que não acaba nunca. Escola com goteira, parede rachada nas escolas, calçada do cemitério que o Ratinho falou também. A pergunta que é, ô Leonardo Alves, o que você está fazendo? Eu vou citar o seu nome, porque eu estou cansado já. O que o senhor está fazendo? A cidade não vai para frente, você está aí, sei lá, não sei se é 12 anos, 8 anos. Vamos trabalhar, vamos fazer. Para de mexer em rede social. Vamos fazer o que tem que ser feito. Olha, Orlândia não tem lugar para as crianças brincarem, para a população mais carente brincarem, para as mães levarem as crianças, para as mães também se divertirem, para os pais. Não tem lugar. Orlândia não tem mais nada para fazer. O que vai ser do nosso futuro? Vamos trabalhar. Vamos botar a casa em ordem e trabalhar. Porque aqui nós vereadores estamos fazendo o nosso papel, que é fazer indicação, fazer

requerimento, e vocês têm que agir. Por hoje é só, senhor Presidente. Muito obrigado.

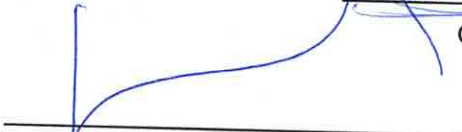
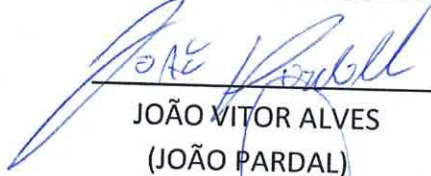
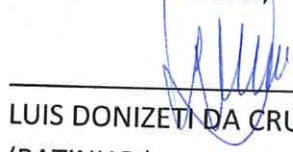
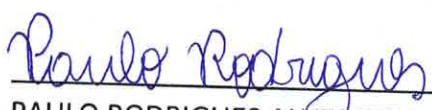
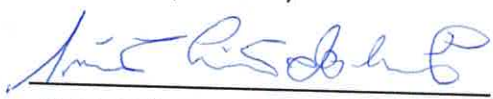
JULIANE: Eu passo a palavra para Luis Donizeti da Cruz - Ratinho. **LUIS:** Boa noite, senhor presidente. Boa noite, novos colegas. Municípios presentes, sejam sempre bem-vindos. Imprensa, ouvintes da URC, internautas que assistem nossa sessão via internet, sempre o meu respeito. Gerim, por gentileza, poderia colocar aquele convite? Amanhã, às 9 horas da manhã, aqui no auditório Veraldo Cotian, haverá uma reunião com o nosso comitê dos funcionários públicos, juntamente com o da Orlândia Prev, sobre a reforma da previdência dos funcionários da prefeitura. Então gostaria de deixar aqui o convite a todos os novos colegas. Apesar de o horário não ser tão favorável, amanhã às 9 horas, gostaria de deixar aqui o convite a todos vocês. Na oportunidade estará presente o advogado, é um pessoal técnico, um advogado que representa nós, funcionários, e o advogado da Orlândia Prev, juntamente com o seu presidente, o Cherubim, e também o procurador, o doutor Flaviano, do município. Então quero deixar aqui um convite a todos vocês, novos colegas, amanhã às 9 horas, está bem? Agora peço ao Gerim que possa colocar aquele texto. Esse texto esteve em grupos de WhatsApp, não sei se alguém de vocês teve oportunidade de ver, Clodoaldo, que também é funcionário, chegou a ver, Clodoaldo? Esse texto partiu da prefeitura, no final de semana, e vários servidores vieram me consultar sobre a veracidade desse documento. É um documento que não consta a data, não tem o logotipo da prefeitura e nem a assinatura. Eu fui consultado pelos colegas, servidores, aí nesse texto diz que a prefeitura, vocês são testemunhas, que eu cobre aqui a sessão passada, sobre a possibilidade da primeira parcela do 13º. A prefeitura soltou esse comunicado, se comprometendo a depositar a primeira parcela no dia 15 do mês que vem, 15/07. Essa mensagem eu pesquisei, eu não encontrei publicação dela em nenhum meio de comunicação, Instagram, então é oficial da prefeitura e não consta essa publicidade. Então eu, por isso, eu quero solicitar aqui ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Gabriel Thor, que se atente a essas situações. Mesmo porque esse documento, ele tem veracidade, a primeira parcela do nosso 13º será depositada, tem um compromisso no 15/07, só que o documento que foi feito aqui, eu quero fazer um pedido. Como vocês sabem, vereador não manda nada, vereador pede. E o que a gente faz é pedir. Então quero deixar aqui esse pedido ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Gabriel Thor, que se atente a essas situações. Haja visto que nossos servidores estão passando por momentos de insegurança diante da situação financeira do nosso município. Uma simples mensagem como essa pode ser enviada por qualquer pessoa. Antecipação do 13º salário é uma solicitação que vem sendo aguardada pelos nossos. Para vocês terem uma ideia, hoje nós somos aproximadamente 1.800 servidores, da ativa e inativos. Esse texto aí, ele envolve 1.800 pessoas. Imagina a importância desse texto. Essas pessoas hoje aguardam esse dinheiro de uma forma que dá ansiedade. Não dá para saber se a informação é verdadeira ou falsa. Isso mexe com as pessoas. Hoje os servidores vivem um momento de ansiedade. Agradeço a ele por ter

se comprometido a pagar a primeira parcela em 15/07. Mas deixo aqui uma pergunta. O que aconteceu com o Prefeito? É descaso ou é desinformação? Essa resposta eu deixo para vocês. Muito obrigado. **ANTÔNIO:** Sr. Ratinho, só um minuto. Claro. Só para confirmar. Então há, por parte do Executivo, um compromisso com o vereador de que será depositado no dia 15/07? **LUIS:** Sim. **ANTÔNIO:** Então é uma informação oficial. **LUIS:** É um texto... **ANTÔNIO:** Não, eu estou perguntando. Há um compromisso oficial do prefeito com o colega de que será depositado no dia 15/07? **LUIS:** Não é um documento oficial. Eu vi esse texto... **ANTÔNIO:** Não, é isso que eu estou perguntando. O texto sei que é apócrifo. O texto não tem origem. Mas há um compromisso do prefeito com o senhor? **LUIS:** Sim, é o Gabinete. Quando eu recebi esse texto, fiquei assim com o pé atrás, porque hoje a rede social, infelizmente, é terra de ninguém. Eu vi o texto, aí fui recebendo de alguns colegas servidores, imediatamente enviei para o Gabinete, perguntando se era verdade. Aí eu fui informado, eu tenho um documento que diz que esse texto é verdade. Agora, nós não podemos tratar um texto, um negócio tão sério, que se refere a mil e oitocentas pessoas, mil e oitocentas famílias que estão ansiosas, porque hoje, sabido que a situação financeira dos municípios, não é só de Orlândia, é bastante caótica, isso gera ansiedade entre os servidores. E você tratar esses servidores com um documento, um texto que não é documento. Eu acho que seria melhor, então eu peço para o prefeito que seja feito um texto com o logotipo da prefeitura, com data, documento, e com assinatura, porque aquele texto lá pode ser retirado, ser alterado a qualquer momento. Em relação ao compromisso 15/07, eles se comprometeram, que vão depositar a primeira parcela, só quero atentar o prefeito para que ele fique um pouco mais esperto. Aí eu deixo aqui, se é descaso ou desinformação por parte dele. Muito obrigado, senhor Presidente. **JULIANE:** Boa noite senhor Presidente, a todos que estão aqui, novos colegas. Hoje, dia 15 do 6, é o dia de conscientização mundial de violência contra a pessoa idosa, dia 15/06. E a violência contra a pessoa idosa, ela se dá de várias formas. Pode ser violência física, abuso psicológico, tanto com ameaças como humilhações, negligência, como as faltas de cuidados, de higiene, básicos, saúde, o abandono, que é a falta de amparo, de assistência, que, dentro do que eu trabalho, é uma das que eu mais vejo. Os idosos, principalmente os que têm mais fragilidade, os 80 e mais, muitas vezes sozinhos, indo em busca de saúde, de consulta. E muitas vezes precisam realmente de algum acompanhante para fazer os exames. Também tem a violência institucional, que maus tratos, tanto em instituição pública quanto privada. O abuso financeiro, que também é um dos principais que a gente vê. Muitas vezes, parentes acabam pegando os documentos, fazendo dívidas, e muitas vezes eles se perdem dentro das aposentadorias e, infelizmente, acabam faltando o dinheiro no final do mês. A violência sexual, sem consentimento. E o preconceito também devido à idade. Então, fica aqui a lembrança em relação às violências relacionadas ao idoso. Eu que atendo hoje uma quantidade enorme de idosos no município. Só no centro da terceira

idade tem mais de 2.200 idosos cadastrados. E eu atendo também nas outras UBSs, além do Lar Frederico Ozanan. Então, realmente, a gente vê a fragilidade, muitas vezes a falta do apoio familiar, e que a gente precisa prestar atenção, porque também um dia a gente vai passar por essa fase. E a gente tem que também ajudar quem um dia cuidou da gente. Eu preciso fazer um aviso que muitas pessoas estão fazendo confusão em relação à medicação da farmácia popular. Tem farmácias em Orlândia que se cadastram na farmácia popular que não tem nada a ver com a Farmácia Municipal. E elas passam por auditorias, pelo Ministério da Saúde, pela Anvisa, e isso demora um tempo. Então, acabou que uma farmácia grande do município está passando por essa auditoria e já faz um tempo, mas tem outras que estão funcionando. Então, não é que a Orlândia está banida da farmácia popular. É que uma farmácia grande está em auditoria, não está fornecendo, por enquanto, mas provavelmente vai voltar e vai se normalizar. Mas a Orlândia não está fora do programa da farmácia popular. A farmácia municipal tem as suas medicações, a farmácia popular também existe em outras farmácias. Então, só para acalmar, a Orlândia não foi banida da farmácia popular. Gerim, você coloca para mim as imagens? Eu tive o secretário da Infraestrutura, Leonardo Alves, ele entrou em contato comigo para me explicar direito a respeito do que estava acontecendo com a obra da Morada do Sol, que é uma obra importante, é uma UBS porte 2, 500 metros quadrados, que vai abrigar duas UBS, duas unidades de saúde da família. Muito importante, muito grande. Ele me passou que, realmente, no início, teve um problema importante com terraplanagem. É uma verba que não vem em federal. Maquinários do município que foram utilizados para fazer terraplanagem. É uma área muito grande, foi difícil. Várias máquinas da Prefeitura acabaram tendo que ser utilizadas e quebraram. Teve que ser terceirizado. Isso demorou realmente um tempo. Mas que agora a situação da terraplanagem foi resolvida e já está começando, já iniciou realmente a obra, está iniciando já a fundação. Eu passei lá hoje. Essas fotos eu que tirei. Essas daí foi eu que tirei hoje. Então, eu fiquei bem mais tranquila. Ele me passou os dados. A obra, pelo PAC, o novo PAC, eles têm prazos realmente a serem seguidos pelo Ministério da Saúde para serem cumpridos. Então, agora tem 30% a ser entregue até o dia 30 de agosto de 2026. E dos 30% até 100% entregue até o dia 27/5/2027. Claro que podem ter alguns atrasos. Está previsto dentro de todo o programa da obra. Mas realmente, graças a Deus, está tudo certo. E o Leonardo Alves também me falou que ele vai entrar em contato com a pessoa que teve aquela fala infeliz, que falou que, infelizmente, se não der tempo, que devolve o dinheiro, a gente tem que ter respeito com a verba pública, que vai ajudar muita e muita gente que está ali naquela área. E vai ser um modelo. Eu tive o feliz encontro semana passada, na sexta-feira, com o doutor Tiago Úngaro. Ele é um médico da família. E ele foi chamado pela Secretaria do Estado para fazer uma avaliação de todos os programas de saúde da família da região. E ele vai introduzir aqui, ele vai ajudar a melhorar os programas de saúde da família. Depois, até no momento

oportuno, gostaria de trazê-lo aqui para explicar a importância que existe no nosso município, o tanto que vamos conseguir melhorar a saúde. Porque, como estávamos conversando, a saúde pública precisa da saúde básica, bem estruturada, para não pararmos lá no hospital enxugando gelo. Hoje o município gasta bastante. E, com o passar do tempo, se a gente conseguir reestruturar a medicina de família, provavelmente a gente consiga dar uma saúde de mais qualidade e não necessitando tanto a saúde de urgência e emergência no hospital. Por hoje é só, obrigada. **LUIS:** Doutora, a senhora me dá só um apartinha? Com a sua licença, Presidente, um aparte no final aqui. Parabéns pelo trabalho, fico emocionado em saber que ali existe uma esperança, né? Eu não sou médico, mas sou um apaixonado e eu acredito na medicina preventiva. Parabéns pelas fotos. Doutora, a senhora falou em idoso, né? Eu sou idoso e faço parte do remédio da farmácia popular, que também praticamente é o mesmo remédio. Eu já faz muito tempo, acredito que já faz mais de ano, que eu não uso a farmácia municipal, porque o remédio da farmácia municipal, o que eu pegava lá na farmácia municipal, eu pego ele na farmácia popular com mais praticidade. Então, talvez, vou fazer um pedido aqui para a senhora. Eu sei que a senhora tem experiência em trabalhar com idoso. O idoso, a senhora mesma acabou de dizer, ele é limitado. Então, o que falta para ele muitas vezes é informação. Ele chega lá na farmácia e não tem o remédio, sendo que o mesmo remédio, ele pode ser adquirido sem custo zero na farmácia popular. Então, às vezes ele sofre por desinformação. Eu sou idoso, mas é que eu entrei na melhor idade agora, não sei se pode chamar de melhor idade. Eu pego o remédio na farmácia popular, que é mais cômodo para mim, mais prático e sem nenhum custo. Tivemos um problema com o credenciamento de uma farmácia grande aqui do município, que atualmente está suspensa da farmácia popular, mas nós temos outras duas farmácias na cidade que já estão fornecendo esse medicamento. Então, houve um prejuízo de informação. As pessoas que a gente pôde passar essas informações hoje já estão retirando o seu remédio em outra farmácia, sem nenhum prejuízo. **JULIANE:** Parece que tem duas farmácias que estão fornecendo na farmácia popular. Ela não foi credenciada, ela está passando por auditoria. E essa auditoria está demorando um pouco mais, porque são muitas redes. Mas eu acredito que em breve já vai ser normalizado. Eu só precisava avisar no microfone, em plenário, porque as pessoas ficam desesperadas, achando que o Orlando já foi banido o programa de farmácia popular, e não é verdade. Existe, só que não em todas as farmácias por enquanto. Daqui a pouco tudo vai ser normalizado. **LUIS:** Muito obrigado, doutora. **PRESIDENTE:** Boa noite a todos novamente. Começo aqui a minha palavra desejando felicidades para a Rosa, nossa secretária, que fez o aniversário no dia 13/06, e hoje, aniversário do nosso companheiro Porkim. Felicidades para vocês, que Deus abençoe. Que vocês tenham muitos projetos realizados na vida de vocês. Amanhã estarei pedindo para a Secretaria da Câmara, que está providenciando a elaboração, tanto do comprovante que o Leite

solicitou, quanto do requerimento que o Pardal também solicitou. Só deixar aqui claro que em todas as votações, em toda situação que foi pedido vistas, o acordo de Cavaleiro era colocar ele em votação. E o autor do requerimento entendeu a democracia, o direito de cada um votar da forma que acha que deve. Então, não tem por obrigação, se não fosse dessa forma de colocar o pedido de vista em votação, somente o vereador pedindo vistas, isso seria já aprovado, não seria colocado para votação. Então, só deixar claro que o acordo de Cavaleiros é colocar para votação e não resultado. Ninguém mais fazendo uso da palavra e nada mais havendo a se tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrado a presente Sessão Ordinária.


GILSON MOREIRA
ANTÔNIO CARLOS LEITE
JOÃO VITOR ALVES
(JOÃO PARDAL)
LUIS DONIZETI DA CRUZ
(RATINHO)
PAULO RODRIGUES ALVES PEREIRA
(PORKIM)
SEBASTIÃO ATILIO DA SILVA
(NEGO DA MARUCA)
CLODOALDO SANTANA DA SILVA
JULIANE FERNANDA POMPILIO
MAX LEONARDO DEFINE NETO
RAFAEL PALMA DE ARAUJO
VITOR FÁVARO TONETTO